

DOSSIÊ: ESTUDOS LEGISLATIVOS NO BRASIL – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

DOSSIER: LEGISLATIVE STUDIES IN BRAZIL – CONTEMPORARY CHALLENGES

Mariele Troiano¹
Vitor Vasquez²

APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ

Se os estudos sobre o funcionamento do Poder Executivo favoreceram, de certo modo, a institucionalização da Ciência Política brasileira nos anos 1980, a compreensão do funcionamento do Poder Legislativo e suas interações influenciou diretamente a consolidação de uma agenda da disciplina. Afinal, foi a partir do processo de redemocratização que pesquisas se voltaram para as arenas legislativas como *locus* de participação e representação da sociedade civil, bem como espaço de coalizões então consideradas fundamentais para a manutenção do poder. A partir dessa perspectiva, estudos legislativos em âmbito nacional e local ganharam espaços em congressos e periódicos nacionais e internacionais como interpretação necessária para a compreensão da nossa própria democracia. Essa influência tem se mantido ainda mais apurada com a incorporação de diferentes técnicas de pesquisa e o aumento no volume de investigações

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi pesquisadora visitante na University of Hull, Inglaterra (Bepe/ Fapesp). É professora adjunta na Universidade Federal Fluminense (UFF), na área de Ciência Política. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1543-1327>. Email: troianomariele@id.uff.br

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com período sanduíche na University of California / San Diego, EUA (Bepe/ Fapesp). É professor substituto na Universidade Federal do Piauí (UFPI), na área de Ciência Política. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8334-3548>. E-mail: vitor.vasquez@gmail.com

Apresentação ao Dossiê: Estudos Legislativos no Brasil – Mariele Troiano; Vitor Vasquez – p. 3-7

que, em conjunto, possibilitam o preenchimento de lacunas e a abertura de novas agendas no campo.

Krehbiel (1992) afirmou que o Legislativo é o coração da democracia e acreditamos que esse poder republicano é mais sensível às modificações dos processos decisórios se comparado aos demais. Algumas pesquisas mais recentes têm demonstrado um protagonismo cada vez maior do Legislativo no processo decisório brasileiro a partir do início dos anos 2000 (ALMEIDA, 2018); outras têm requalificado o papel deste Poder, ao demonstrar sua participação decisiva não só na aprovação de leis, mas também no conteúdo das políticas públicas aprovadas (FREITAS, 2016). Assim, observamos que diante das crises políticas e econômicas que atingem o Brasil desde os anos de 2008, acentuadas com os protestos em 2013, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a pandemia do coronavírus em 2020, tem havido também uma emergência e uma inflexão importante na agenda dos estudos legislativos nesse período. E, mais importante, isso acompanha mudanças significativas nos padrões de relação Executivo-Legislativo no Brasil tanto do ponto de vista empírico quanto interpretativo. Em diálogo com essa tendência, contribuímos com mais investigações sobre o que tem se passado durante esses últimos anos instáveis, organizando o dossiê Estudos Legislativos no Brasil – Desafios Contemporâneos.

O Dossiê é inaugurado com uma entrevista inédita feita com Fabiano Santos, pesquisador cujos trabalhos têm grande impacto para a área de Ciências Sociais, em especial para os estudos legislativos no Brasil. Durante a conversa, o autor nos conta sobre sua carreira e o que o motiva a manter suas pesquisas. Nesse sentido, Fabiano Santos se debruça sobre suas atividades mais recentes: o livro recém-organizado intitulado “Congresso remoto: a experiência legislativa brasileira em tempos de pandemia” (2021); o Observatório Legislativo Brasileiro; e suas agendas de pesquisa atuais. O autor fala ainda sobre o atual estágio das democracias contemporâneas e a relação entre o momento político brasileiro e a profissão de cientista político no país.

Em seguida, o artigo “Lobistas e parlamentares: as relações congressuais e a proibição do financiamento empresarial de campanhas no Brasil” inicia a seção dos trabalhos temáticos. Nele, Marcela Machado busca compreender as consequências das

Apresentação ao Dossiê: Estudos Legislativos no Brasil – Mariele Troiano; Vitor Vasquez – p. 3-7

mudanças nas regras de financiamento de campanha, a partir da Lei nº 13.165, de 2015, que impede as contribuições financeiras de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais. A pesquisa apresenta resultados inéditos sobre um fenômeno ainda pouco estudado no Brasil, qual seja o *lobby*. Segundo a autora, parlamentares e *big donors* estabelecem relações também de natureza simbólica que inviabilizam a ilicitude dos acordos, visando não afetar negativamente a reputação das empresas. A partir disso, o “vale tudo por recurso e acesso ao poder” passa a ter *status* relativizado com os resultados apresentados na pesquisa.

O trabalho de Bhreno Vieira, intitulado “O que propõem os Presidentes brasileiros? Analisando o conteúdo das proposições”, investiga todas as proposições legislativas que o Executivo encaminhou para o Congresso Nacional, sejam elas Medidas Provisórias, Propostas de Emendas à Constituição, Projetos de Lei Ordinária ou Projetos de Lei Complementar entre os anos de 1995 e 2020. O recorte temporal escolhido pelo autor permite comparações entre o período que consideramos estável e instável na democracia brasileira, indo na direção de uma de suas conclusões de que a natureza da proposição é sensível ao período eleitoral, bem como aos espectros ideológicos dos partidos dos presidentes. Essa é uma importante contribuição, sobretudo, aos estudos sobre protagonismo do Poder Executivo no processo legislativo brasileiro.

No âmbito das análises sobre perfil de parlamentar, Luana Pratti, Mauro Macedo Campos e Hugo Borsani assinam o artigo “A elite parlamentar subnacional: o perfil socioeconômico dos legisladores de São Paulo e Espírito Santo”. A pesquisa apresenta um estudo comparado entre os perfis dos deputados estaduais de São Paulo e do Espírito Santo nos anos de 2003 e 2019. A conclusão indica que as especificidades das dinâmicas sociais e políticas regionais não geram perfis de elites distintos, ou seja, as elites capixaba e paulista pouco são influenciadas por variáveis exógenas contextuais. A discrepância entre as elites dos dois estados aparece durante a última legislatura que corresponde aos anos de 2019 a 2022. As explicações para essa variação, segundo os autores, estão nas mudanças nas regras eleitorais que tornaram obrigatório o aumento percentual da entrada de mulheres nas legislaturas.

Sobre gênero e política, Maria Inês Caetano Ferreira e Isis Keiko Kataoka Lima apresentam o artigo: “O perfil das vereadoras do Recôncavo: 2012 a 2020”. Analisando políticas eleitas nos municípios pertencentes ao Território de Identidade do Recôncavo, a pesquisa destaca que aspectos locais se assemelham aos observados no âmbito nacional. Segundo as autoras, isso se justifica por condições que perpassam tanto aspectos institucionais que envolvem as regras eleitorais e o sistema partidário, quanto elementos estruturais, sobretudo aqueles vinculados às relações de gênero.

O quinto artigo do Dossiê, intitulado “Caracterização da expertise dos senadores membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal (2005-2018)”, de autoria de Wesley Rodrigues Santos Ferreira e Bruno de Castro Rubiatti, chama atenção para a agenda de estudos sobre a composição de comissões do Senado Federal entre os anos de 2005 e 2018, especificamente na temática da Agricultura e Reforma Agrária. A partir de dados coletados dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado e biografias dos Senadores, os autores concluíram que as experiências políticas prévias dos senadores foram mais valorizadas neste período em comparação às competências profissionais. Cabe ressaltar que a prevalência da expertise política sobre a profissional torna-se ainda mais robusta na última legislatura analisada. Os resultados do artigo são relevantes para apontar que, apesar dos esforços, ainda há pouco na literatura consolidada sobre o funcionamento das Comissões, principalmente no Senado Federal.

Thaís Martins e Jayane dos Santos Maia são as autoras do sexto artigo: “Eleições municipais: espelhos ou preditoras das dinâmicas partidárias nacionais? Uma análise da volatilidade eleitoral nas capitais brasileiras (2000-2020)”. Observando a volatilidade eleitoral de partidos existentes e novos, as autoras identificam um processo de desinstitucionalização do sistema partidário nacional, ainda mais agravado pelo contexto das eleições de 2018, quando Jair Bolsonaro foi eleito pelo Partido Social Liberal (PSL). O artigo ajuda a entender como atores transitam de *outsiders* para *establishment* em um considerado espaço curto de tempo.

“Ideologia, Desigualdade Social e Orçamento Federal: Para quais políticas os parlamentares brasileiros encaminham suas Emendas orçamentárias individuais?” é o artigo assinado por Andréia Fressatti e Raul Bonfim, que busca investigar se a ideologia

Apresentação ao Dossiê: Estudos Legislativos no Brasil – Mariele Troiano; Vitor Vasquez – p. 3-7

influencia na destinação de recursos de programas – aprovados no período de 2016 a 2019 – que visavam a redução da desigualdade social. Com base nos resultados apresentados, os autores concluem que, apesar de pequena variação, os três grandes blocos ideológicos – direita, centro e esquerda – tendem a encaminhar emendas orçamentárias para os dezoito programas sociais indiscriminadamente.

Em suma, o dossiê está repleto de artigos instigantes e ainda traz uma entrevista imperdível. Nosso objetivo aqui foi trazer para o centro dos estudos legislativos, pesquisas que nos auxiliassem a compreender o contexto político brasileiro mais recente, a partir de múltiplos objetos, mas todos relacionados ao Legislativo, espaço que deve ter, por excelência, a vocação de representação popular. Assim, o conjunto de textos aqui reunidos extrapola a relevância do parlamento em si e interage com a própria noção de democracia. Esperamos que vocês se sintam tão motivados após as leituras como estamos com o resultado do dossiê.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Acir. **Governo presidencial condicionado**: delegação e participação legislativa na Câmara dos Deputados. Tese de Doutorado – Programa de pós-graduação em Ciência Política – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

FREITAS, Andréa. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2016.

KREHBIEL, Keith. **Information and legislative organization**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1992.

SANTOS, Fabiano (Org.). **Congresso remoto**: a experiência legislativa brasileira em tempos de pandemia. Rio de Janeiro, Eduerj, 2021.